

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Venda de estatais pode atingir valor recorde no País	1
Título: Petrobrás, Caixa e BB garantem resultado no 1.º semestre	7
Título: Corrupção, má gestão e política no petróleo	8
Título: » Energética.	12
VEÍCULO: O Globo.....	12
Título: Bahia: Após rompimento de barragens, rio volta a subir	12

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/07/2019

Seção: Economia

Autor: José Fucs

Título: Venda de estatais pode atingir valor recorde no País

Volume que pode ser arrecadado com programa de privatizações superaria o acumulado em todos os governos desde 1990

Com a aprovação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, depois de quase cinco meses de negociações e muito vaivém, uma nova fase começa a

se desenhar para o governo e para o País. Embora ainda falte a votação final na Câmara e a do Senado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já avisou que agora será a vez de acelerar as privatizações, conduzidas até hoje em marcha lenta, para evitar "marolas" que pudessem comprometer as mudanças na Previdência.

O programa de privatização de Guedes é ambicioso. Se for concretizado, ainda que parcialmente, promete mudar o perfil da economia do País. Um levantamento realizado pelo Estado indica que o programa de desestatização do governo poderá render até R\$ 450 bilhões.

O resultado inclui 132 participações acionárias diretas ou indiretas da União, com potencial para negociação pulverizada no mercado ou em bloco, e os valores mínimos de outorga da cessão onerosa de áreas do pré-sal e de duas rodadas de licitações de petróleo e gás natural, que devem ocorrer ainda neste ano.

O levantamento levou em conta operações de privatização, desinvestimento, abertura de capital e venda de participações minoritárias de estatais e suas subsidiárias. Também considerou as participações do BNDES, via BNDESPar, seu braço de investimento, em empresas de capital aberto e fechado, cujo valor total de mercado atualizado é de R\$ 143,7 bilhões.

Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa e BNDES, excluídos em princípio do programa de desestatização do governo Bolsonaro, não entraram na pesquisa. Como os valores mínimos de outorga para concessões de serviços públicos no segundo semestre e nos próximos anos não estão definidos, elas também não entraram na conta. O mesmo aconteceu com os imóveis públicos que o governo pretende a repassar para fundos imobiliários, com valor calculado em R\$ 30 bilhões pelo Ministério da Economia.

As estimativas de arrecadação com o programa de desestatização apresentam uma dispersão considerável. Guedes, por exemplo, fala na possibilidade de arrecadar R\$ 1 trilhão - número "mágico" ao qual recorreu também na reforma da Previdência - até 2022. Mais conservador, o secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercado, Salim Mattar, ligado a Guedes, já previu algo entre R\$ 700 bilhões e R\$ 800 bilhões, mas hoje trabalha com uma receita de R\$ 635 bilhões, acrescentando R\$ 115 bilhões de outorgas em concessões e os imóveis.

No mercado financeiro, as previsões estão mais próximas dos valores apurados pelo Estado. O Bradesco BBI, braço de investimento do grupo, calcula que seja possível arrecadar R\$ 470 bilhões em desestatizações na esfera federal. Para o

banco Credit Suisse, o potencial de arrecadação com desestatizações no Brasil foi estimado em R\$ 400 bilhões.

Se conseguir amearhar a metade do que apontam os levantamentos do Estado, do Credit Suisse e do Bradesco - algo entre R\$ 200 bilhões e R\$ 235 bilhões -, o governo já terá realizado o maior programa de desestatização em todos os tempos no Brasil. Segundo estudo do BNDES, as 99 operações de desestatização efetuadas de 1990 a 2015 no País renderam no total US\$ 54,5 bilhões. No governo Temer, foram mais R\$ 46,4 bilhões (cerca de US\$ 12 bilhões) em 124 projetos, dos quais R\$ 28 bilhões só na área de petróleo. Somando tudo que se fez até agora, dá um total de US\$ 66,5 bilhões, equivalente a um terço do que a atual gestão arrecadaria no cenário mais pessimista considerado acima.

Caso os planos de Guedes se realizem, o Brasil também poderá se habilitar ao título de País com o maior programa de desestatização do mundo no período. Em número de operações, Angola, por exemplo, tem mais de 190 empresas na fila para privatização, de acordo com Mattar, e pode até superar o Brasil em número de empresas privatizadas. Mas, em volume financeiro, não há notícia de que nenhum dos grandes países emergentes ou mesmo desenvolvidos esteja tocando um programa dessa magnitude. Mesmo no ministério da Economia, ninguém havia se dado conta dessa possibilidade até agora.

Redução. Formado na Universidade de Chicago, templo do liberalismo global, Guedes quer reduzir ao máximo a intervenção estatal na economia. Em sua visão, as estatais, muitas delas deficitárias, consomem o dinheiro que deveria ir para a educação, a saúde e a segurança, áreas que o governo deve privilegiar, em vez de se movimentar como empresário por aí. Além disso, a proliferação de estatais dispersa a energia da máquina pública, compromete a eficiência e a produtividade da economia e abre espaço para o tráfico de influência e a corrupção. "Privatizar só no sapatinho, envergonhadamente, não", disse Guedes recentemente. "Tem de acelerar a privatização para jogar o dinheiro na área social."

Além de deixar o Estado mais leve, seu objetivo com o programa de desestatização é usar os recursos para reduzir a dívida pública, hoje na faixa de R\$ 3,9 trilhões (79% do PIB), e permitir uma queda sustentável dos juros, que representam o segundo maior gasto do governo - de cerca de R\$ 350 bilhões em 2018 -, depois da Previdência.

Desta vez, ao contrário do que aconteceu nos anos 1990, na primeira onda de privatizações nos governos Collor, Itamar e FHC, o BNDES não deverá ter papel preponderante no financiamento das operações. De acordo com Marcelo Noronha, vice-presidente executivo do Bradesco, os investidores externos estão

olhando o Brasil com lupa e não deverá faltar dinheiro de fora nem daqui para bancar os negócios.

Outra questão importante que ele destaca: agora, os fundos de pensão das grandes estatais, como Petros (Petrobrás), Previ (Banco do Brasil) e Funcef (Caixa) não deverão ser fundamentais nos leilões, como ocorreu no passado. "Hoje, há uma liquidez no mercado internacional que não existia naquela época", diz. "Com as variáveis reunidas hoje no mundo, o Brasil se tornou o país preferido dos investidores entre os mercados emergentes. Com a reforma da Previdência feita, a tendência é o processo ganhar tração."

Noronha diz estar analisando diversos projetos de desestatização com clientes do País e do exterior. Ele conta que estava conversando recentemente sobre o assunto com o presidente de uma grande empresa internacional e ele lhe disse: "Tenho interesse e vou fazer negócio no Brasil. Vou comprar ativos, estarei nos leilões." Ele estima que possam entrar até US\$ 100 bilhões de investidores estrangeiros na Bolsa neste processo.

Um impulso adicional para atrair o pessoal de fora pode ser dado com a flexibilização das regras de operação de empresas privadas nas áreas de saneamento, com o possível fim do monopólio das estatais estaduais, e de gás natural, com o fim do monopólio da Petrobrás. "O nível de interesse dos investidores por esses dois setores é enorme", diz Bruno Fontana, diretor do banco de investimento do Credit Suisse no Brasil. "O potencial de investimento no mercado de saneamento no País, uma vez acordado o novo marco regulatório, não tem igual no mundo hoje."

No Brasil, os tentáculos do Estado se espalham por quase todas as áreas da economia, da extração de petróleo às comunicações e à produção de chip para rastreamento de animais; da geração de energia à construção de ferrovias e à administração de portos e aeroportos. No governo Dilma, criou-se até uma empresa para cuidar do trem-bala, cujo projeto consumiu milhões de reais, mas nunca saiu do papel, e ela continua a existir até hoje com outro nome.

Embora o ex-presidente Michel Temer tenha dado novo impulso ao programa de desestatização, que patinou durante os governos Lula e Dilma, ao promover um corte no número de estatais, de 154 para 134, o Leviatã pareceu mal sentir o golpe. O Brasil ainda é o país da América Latina com o maior número de estatais, de acordo com Mattar.

Fatia. Segundo dados oficiais, das estatais que restaram, 46 têm controle direto da União e 88, controle indireto - são 35 subsidiárias da Petrobrás, 30 da Eletrobrás, 16 do Banco do Brasil, 3 da Caixa, 3 do BNDES e 1 dos Correios. A

União ainda detém 58 participações minoritárias em empresas privadas e públicas (estaduais e federais).

Há dúvidas, porém, também aqui, quanto à precisão dos números. Muitos analistas suspeitam que a presença do Estado na economia seja bem mais ampla. Nem o próprio governo sabe exatamente de quantas empresas é sócio, em especial de forma indireta. O próprio Mattar disse recentemente que pretende fazer uma nova pesquisa para apurar de forma mais precisa o número de estatais em nível federal, estadual e municipal.

Para ele, o total de estatais nas três esferas, hoje de 440, pode ser até 50% maior do que o divulgado agora. Levantamento realizado pela revista Época em 2011 apurou a existência de pelo menos 675 empresas com algum traço de participação da União, de estatais federais ou de suas subsidiárias no capital.

Hoje, embora a privatização tenha deixado de ser um palavrão no País e o cenário seja mais favorável do que há alguns anos, ela ainda encontra resistência em parcelas da população. Pesquisas apontam resultados contraditórios, que revelando uma polarização em relação ao tema, como acontece com várias outras questões atualmente. Uma sondagem feita no início do ano pela Paraná Pesquisas mostra que 53,3% dos entrevistados apoiam a venda da totalidade ou de uma parte das estatais, enquanto 41,5% se disseram contrários à privatização.

Já uma pesquisa feita pelo Datafolha na mesma época apurou que 60% rejeitam a desestatização, ao passo que 34% afirmaram que o governo deveria vender o maior número possível de empresas públicas. Entre os que disseram ser apoiadores do PSL, o partido do presidente Jair Bolsonaro, 65% se declararam a favor da privatização.

No Congresso, as trincheiras dos estatistas estão bem montadas, reforçadas por parlamentares de todos os partidos. Pelo Legislativo, só deverão passar as propostas de privatização das empresas controladas diretamente pela União, conforme decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Se isso libera a venda das subsidiárias pelas empresas-mãe, amarra a privatização de empresas como a Eletrobrás, que já entrou no rol de privatizáveis do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), uma espécie de hub do governo para informações sobre privatizações e concessões. Os Correios, cuja operação recebeu o aval público de Bolsonaro antes de ele demitir o general da reserva Juarez Cunha, ex-presidente da empresa, declaradamente contra a desestatização, também terão de passar pelo mesmo processo. A discussão deve pegar fogo no segundo semestre.

Resistência. Mas é provavelmente dentro do próprio governo que Guedes e Mattar enfrentam hoje a mais dura batalha para fazer deslanchar as privatizações propriamente ditas e extinguir as empresas consideradas dispensáveis. Os estatistas estão por todos os lados na Esplanada dos Ministérios. Mattar chegou até a se dizer "frustrado" pela lentidão do processo. "Eu não tenho controle absoluto das desestatizações", afirmou.

Até o ministro Tarcísio Gomes de Freitas, da Infraestrutura, um técnico que tem estruturado com eficiência as concessões na área, abraçou a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), aquela do trem-bala, que está até repondo vagas e contratando pessoal, e a Valec, de construção e gestão ferroviárias. Ambas estavam na lista de extermínio do Ministério da Economia. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que também estava jurada de morte, ganhou sobrevida na gestão do ex-ministro Carlos Alberto dos Santos Cruz, da Secretaria de Governo, e ao que parece também teria deixado a UTI.

Outro que "sentou em cima" de suas estatais foi o ministro Marcos Pontes, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Ele se recusa a privatizar ou fechar qualquer uma das empresas ligadas ao seu ministério - os Correios, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Telebrás e o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec).

As divergências entre Mattar e Pontes chegaram ao limite e hoje, segundo uma fonte do Ministério da Economia, eles nem se falam. De quebra, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, ainda resiste à privatização da Cia. Nacional de Abastecimento (Conab).

Para não deixar o programa de privatização parar de vez, por falta de empresa para privatizar, a saída encontrada por Guedes foi acelerar as operações de vendas de subsidiárias e de participações dos bancos ligados à sua Pasta - a Caixa, o Banco do Brasil e o BNDES - e também contar com o apoio de seu amigo Roberto Castello Branco, presidente da Petrobrás, para turbinar o processo no seu quintal.

Com o desafio de colocar a privatização em movimento no segundo semestre, mas dependendo de outros ministros para avalizar as operações, Guedes terá de contar com o apoio de Bolsonaro para superar as resistências de seus pares. Ele aposta que Bolsonaro, cuja história é marcada por posições intervencionistas e estatizantes, converteu-se de fato à sua cartilha liberal, como tem dito desde a campanha, e irá "bancar" o ambicioso programa de privatização que pretende implementar, apesar dos sinais contraditórios que ele mostra de tempos em tempos. Não vai demorar para se saber o desfecho da história.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 14/07/2019****Seção: Economia****Autor: José Fucs****Título: Petrobrás, Caixa e BB garantem resultado no 1.º semestre**

O programa de desestatização do governo pode estar em marcha lenta, por conta da decisão de concentrar as forças até agora na reforma da Previdência e da resistência de vários ministros em relação à privatização de empresas ligadas a suas pastas (ler texto acima).

Se considerarmos que o programa pode permitir uma arrecadação de cerca de R\$ 450 bilhões, de acordo com levantamento do Estado, a meta estabelecida pelo próprio governo para 2019, de obter uma receita de US\$ 20 bilhões (R\$ 76 bilhões ao câmbio atual) com a desestatização, é modesta. Ela representa apenas 16,9% do que se pode arrecadar até 2022, quando deveria ser de pelo menos US\$ 29 bilhões, o equivalente a 25% do total, para representar 1/4 da receita possível nos quatro anos de governo.

Agora, com a meta em vista, quando se observa o que aconteceu nos primeiros seis meses de gestão, constata-se que o ritmo da desestatização não foi tão moroso quanto pode parecer à primeira vista. Segundo o levantamento do Estado, o governo já arrecadou até agora um total de R\$ 54 bilhões (US\$ 14,1 bilhões, pelo câmbio da data de cada operação), entre concessões (R\$ 5,7 bilhões) e privatizações, desinvestimentos, vendas de participações minoritárias e operações de abertura de capital (R\$ 48,3 bilhões). Isso significa que o governo cumpriu 71% da meta em metade do tempo. Terá, portanto, todo o segundo semestre para realizar os 29% que faltam (veja gráfico acima).

Superação. Como ainda há um conjunto robusto de projetos na agenda para desovar, tudo indica que o governo deverá cumprir com folga a meta definida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, em janeiro. Fazem parte da lista, a operação de abertura de capital (IPO) da Caixa Seguridade, com arrecadação estimada em até R\$ 14,7 bilhões; a oferta secundária de ações (follow-on) da BR Distribuidora, com potencial de receita de R\$ 9,3 bilhões; e a venda da Liquigás, que pode render outros R\$ 2,8 bilhões, além das concessões de terminais portuários em Paranaguá (PR) e Santos (SP) e das rodovias BR-364/365 (Jatáí/GO-Uberlândia-MG).

Não é à toa que o secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercado, Salim Mattar, já está falando que o governo poderá superar a meta, ao obter uma receita total de US\$ 25 bilhões a US\$ 30 bilhões neste ano. Se a arrecadação bater no teto estimado por Mattar, o resultado chegará a 1/4 dos ganhos possíveis com a desestatização até 2022 - e aí, sim, o governo poderá até comemorar o resultado. Ainda mais se levarmos em conta que alcançará tal desempenho em meio às dificuldades naturais de qualquer administração no primeiro ano de gestão.

O grande negócio do período, porém, que nem entrou no cálculo dos US\$ 20 bilhões, será a cessão onerosa de quatro áreas do pré-sal, na Bacia de Santos. Com valor mínimo de outorga fixado em R\$ 106,5 bilhões (US\$ 28 bilhões) e leilão marcado para 6 de novembro, parte dos recursos levantados pelo governo deverá ser compartilhada com Estados e municípios.

Apesar dos bons presságios, deve-se assinalar que, para garantir um resultado positivo em 2019, em meio à resistência de ministros à privatização ou extinção de empresas em suas áreas de influência, Guedes está contando, em boa medida, com negócios fechados principalmente pela Caixa e pelo Banco do Brasil, ligados ao seu ministério, e pelo amigo Roberto Castello Branco, presidente da Petrobrás, que está realizando operações de desinvestimento em ritmo acelerado.

A Caixa obteve R\$ 2,5 bilhões com a venda de uma participação de 8,9% na resseguradora IRB Brasil RE e mais R\$ 7,3 bilhão com a negociação de uma fatia de 2,3% na Petrobrás. O Banco do Brasil amealhou R\$ 1,8 bilhão com a venda de uma participação de 9,3% na Neoenergia. Já a Petrobrás contribuiu com uma receita de R\$ 33,1 bilhões ao se desfazer da TAG e com mais R\$ 2 bilhões com a venda da refinaria de Pasadena (EUA) e R\$1,6 bilhão com a negociação de sua participação em distribuidoras de combustíveis no Paraguai.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/07/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Corrupção, má gestão e política no petróleo

Homens das petroleiras latino-americanas estão sendo consumidos por velhos desafios, em vez de projetarem os negócios para um futuro sustentável

O petróleo, como se observa em geral, pode tanto trazer riqueza quanto infortúnio a um país. Na Venezuela, que segundo algumas estatísticas, abriga as maiores reservas de petróleo do mundo, tem acontecido a segunda opção, nos

últimos tempos. A Petróleos de Venezuela (PDVSA) teve seu pico de produção em 1998, quando Hugo Chávez foi eleito presidente.

Nos anos que se seguiram, a tribuna de esquerda e seu sucessor autoritário, Nicolás Maduro, expurgaram a equipe profissional da PDVSA, intimidando parceiros internacionais e invadindo seus cofres. Uma investigação americana de suborno na empresa já acusou mais de 20 pessoas. Seu chefe atual é um general de brigada sem experiência com petróleo. Desde janeiro, quando os EUA anunciaram sanções contra a PDVSA, a produção caiu para os níveis mais baixos por cidadão desde a década de 20. Enquanto isso, faltam alimentos básicos a milhões de venezuelanos.

A PDVSA é uma caricatura de má administração. Mas uma pesquisa com as gigantes de energia controladas pelo Estado na América Latina, que representam cerca de 10% da produção mundial de petróleo e 20% das reservas comprovadas, mostra que as deficiências não estão confinadas à Venezuela. Cinco anos após o colapso do preço do petróleo, a produção permanece deprimida em grande parte da região, mesmo quando a indústria em geral enfrenta uma ruptura sem precedentes.

Os campeões nacionais de energia da América Latina - ou melhor, os seus capatazes políticos - estão relutando em retomar os debates de outrora. Sujeitar as empresas a pressões políticas ou mantê-las independentes? Convidar o investidor estrangeiro ou evitá-lo? Maximizar eficiência ou criar empregos? Subsidiar a gasolina ou deixar os preços se moverem? As respostas, em geral, foram desanimadoras.

As estatais controlam 90% das reservas mundiais de petróleo e gás. Elas o fazem de maneiras diferentes, como ilustra a América Latina. Na Guiana, o mais jovem Estado petrolífero da região, a produção está prestes a apresentar um boom após uma descoberta em 2015 pela ExxonMobil, mas o país não criou a própria companhia de petróleo. A Pemex, em contraste, foi fundada como monopólio estatal no México em 1938. Outros países têm tanto estatais como estrangeiras, geralmente em uma parceria desconfortável.

A Petrobrás, tem suas ações negociadas nos EUA desde 2000. Suas contrapartes argentina e colombiana também têm acionistas minoritários privados. No Equador, o Estado controla mais de 80% da produção. A Perupetro, empresa reguladora do Peru, supervisiona a exploração e a produção de empresas privadas. A Venezuela, tendo aberto o setor de petróleo nos anos 90, declarou em 2006 que a PDVSA assumiria o controle dos campos petrolíferos administrados por estrangeiras. A BP e a Chevron estavam entre as que concordaram; a ExxonMobil e a ConocoPhillips fizeram as malas.

Apesar das diferentes formas corporativas, as gigantes petrolíferas da região compartilham três problemas. O primeiro é a má administração do dinheiro nos bons tempos. Isso inclui despejar muito recurso nos cofres do governo e pouco para o crescimento futuro. Em 2013, quando o preço do petróleo chegou a US\$ 100 o barril, a Pemex transferiu metade de sua receita para o governo do México. Apesar do aumento do preço do petróleo, a Petrobrás viu suas ações declinarem, à medida que aumentava sua dívida e investia em projetos marginais.

Como os preços despencaram, as petroleiras da América Latina acumularam dívidas de longo prazo de mais de US\$ 400 bilhões, ou 8,5% do PIB combinado de seus países, segundo dados do Natural Resource Governance Institute, um centro de altos estudos. A Petrobrás foi responsável por quase metade do total.

Alguns políticos e executivos também usavam as empresas como cofres pessoais - o segundo problema em comum. Escândalos de corrupção abalaram a Petrobrás, a Petroecuador e a Pemex, além da PDVSA. As ações da Petrobrás despencaram com notícias de que construtoras pagavam bilhões de dólares a políticos brasileiros, em troca de contratos superfaturados para construir refinarias e outras obras de infraestrutura.

Combinado com a montanha de dívida, as ações da Petrobrás foram rebaixadas para alto risco (junk) em 2015. Entre agosto de 2014 e fevereiro de 2016, o valor de mercado da empresa recuou para US\$ 115 bilhões, ou 80% menos. Só parte disso se deveu ao colapso do preço do petróleo: as ações da ExxonMobil caíram 18% no período.

Há sinais de que a corrupção está sendo resolvida no Brasil e em outros lugares. Diversos executivos seniores da Petrobrás e dezenas de políticos brasileiros foram processados na investigação do "Petrolão". Em julho, foi emitido um mandato de prisão contra Emilio Lozoya que comandou a Pemex de 2012 a 2016 (e fugiu do país). Enquanto Lenine Moreno, presidente do Equador, limpa a bagunça na Petroecuador, promotores americanos acusam o suborno na empresa durante o mandato de seu antecessor, Rafael Correa.

No entanto, as empresas continuam suscetíveis aos caprichos políticos - o terceiro e mais problemático desafio em comum. Começemos pela Petrobrás. A maior produtora da região fez progressos. No ano passado, concordou em pagar aos acionistas minoritários US\$ 2,95 bilhões em ação coletiva nos EUA. Pedro Parente, que se tornou presidente em 2016, cortou custos, começou a vender ativos menos rentáveis, reformou a política de preços e começou a elevar a produção a partir de vastos recursos escondidos sob milhares de metros de sal sob o fundo do mar.

Ainda assim, a Petrobrás continua vulnerável às oscilações políticas. No ano passado, o governo reintroduziu subsídios à gasolina para apaziguar motoristas furiosos. Parente renunciou e as ações da estatal levaram um golpe. Jair Bolsonaro, o novo presidente do Brasil, nomeou Roberto Castello Branco, um economista conceituado que atuou no conselho da empresa e parecia preparado para continuar as políticas favoráveis ao mercado de Parente.

Mas, diante do risco de outra greve em abril, Bolsonaro pediu que ele descartasse o aumento de 5,7% no diesel. A ação da Petrobrás, que havia aumentado seis vezes desde o mínimo em 2016, oscilou. O governo se apressou em acalmar o mercado, anunciando o leilão de refinarias e um aumento de preço um pouco abaixo do planejado. Mas os investidores estão desconfiados. "Não se venderá um único parafuso de uma refinaria até que o mercado tenha certeza de que não haverá interferência do governo", disse um veterano do setor.

Crise de abundância. A situação no México, segundo em relação ao Brasil na produção regional de petróleo, parece pior. A Pemex é hoje comandada por um aliado político de Andrés Manuel López Obrador, o presidente populista do México, sem experiência em petróleo ou gás. Zeloso em reduzir a dependência das importações americanas de combustível, planeja construir uma refinaria em seu Estado natal, Tabasco, por US\$ 8 bilhões (ou mais), o que pode agravar os problemas da Pemex, e não aliviar. A Fitch acredita que os impostos precisariam ser reduzidos à metade para que a empresa tenha dinheiro suficiente para investir em seus negócios ou liquidar dívidas.

Outras campeãs estatais de petróleo da América Latina são peixe pequeno ao lado da Petrobrás e da Pemex. Mas suas experiências são, apesar de tudo, instrutivas. Na Argentina, a indústria do petróleo foi marcada pela decisão de 2012 da então presidente Cristina Kirchner de nacionalizar 51% da YPF, privatizada 19 anos antes. O sucessor Mauricio Macri tornou mais fácil para as empresas estrangeiras investirem no país.

Os que se preocupam com a mudança climática podem argumentar que as ineficientes estatais da região fariam bem em devolver dinheiro aos acionistas e investir o restante em energia mais limpa. Concorrentes em outras partes do mundo estão dando passos nessa direção. A Statoil, titã da Noruega, se reinventou como Equinor: seu portfólio compreende de petróleo a parques eólicos. Até mesmo o maior colosso do petróleo no mundo, a Saudi Aramco, está apostando em petroquímicos e refino. Por enquanto, os homens do petróleo latino-americanos estão sendo consumidos por velhos desafios, em vez de olhar os novos. / TRADUÇÃO DE CLAUDIA BOZZO]

© 2019 THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED. DIREITOS RESERVADOS.
PUBLICADO SOB LICENÇA. O TEXTO ORIGINAL EM INGLÊS ESTÁ EM
WWW.ECONOMIST.COM

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/07/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: » Energética.

Broadcast

Controlada pelo grupo J&F, a Eldorado Brasil investe cerca de R\$ 350 milhões na fábrica de Três Lagoas (MS) para construir a segunda usina termelétrica no local com capacidade excedente prevista de 50 megawatt/hora. A Energia será produzida a partir do toco das árvores, uma iniciativa pioneira no mundo. A inauguração é prevista para janeiro de 2021.

» Em dobro. Atualmente, a Eldorado Brasil já produz 50 megawatt/hora excedentes na termelétrica que opera em Três Lagoas. Portanto, vai dobrar a capacidade extra e aumentar o potencial de venda da Energia com as obras que já começaram. A comercialização de eletricidade rendeu receita líquida de R\$ 98 milhões à empresa em 2018. Procurada, a Eldorado não comentou.

COM BÁRBARA NASCIMENTO, CIRCE BONATELLI E FABIANA HOLTZ

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/07/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Bahia: Após rompimento de barragens, rio volta a subir

Moradores de Coronel João Sá ficaram ilhados até nível descer novamente

Após o rompimento de três barragens de água na última quinta-feira, o que deixou as cidades baianas de Pedro Alexandre e Coronel João Sá em situação de emergência, o nível do Rio do Peixe voltou a subir na madrugada de ontem, deixando a população da região ilhada. Apesar do aumento do volume de água, as casas próximas do curso d'água não foram atingidas. Centenas de pessoas estão desabrigadas em Coronel João Sá, e há preocupação quanto à possibilidade de um novo rompimento.

No início da manhã de ontem, moradores da região encontraram a ponte de Coronel João Sá, que liga o centro da cidade a bairros e povoados da zona rural, interditada. Quem precisava passar contava com o auxílio do Corpo de Bombeiros. De acordo com informações da TV Globo, 500 pessoas estão desabrigadas no município.

Durante a tarde, o nível do Rio do Peixe baixou novamente, e a passagem foi liberada para pedestres, motocicletas e carros. Ainda assim, bombeiros controlavam o acesso à ponte, porque havia o risco de a estrutura ter sido abalada.

A Defesa Civil da Bahia informou que choveu na região 50% mais do que o volume normal para o mês inteiro. As barragens Quati, Serra Verde e Ronco Gibão teriam se rompido em consequência do volume de chuva.

RISCO DE FICAR EM CASA

Outras 20 pequenas barragens particulares estouraram entre as cidades de Pedro Alexandre e Coronel João Sá, no nordeste da Bahia, na divisa com Sergipe. Toda essa água foi a responsável pelo aumento do Rio do Peixe, o que acabou provocando o isolamento de parte de Coronel João Sá. O município foi o mais atingido, por ficar numa área mais baixa que Pedro Alexandre. O prefeito, Carlinhos Sobral (MDB), chegou a publicar um vídeo pedindo que os moradores deixassem suas casas.

MME / ASCOM .